

# DUPLAS PERTENÇAS: EMIGRAÇÃO E DEPORTAÇÃO NOS AÇORES

Gilberta Pavão Nunes Rocha  
Álvaro Borrvalho  
Derrick Mendes



## **AVALIADORES CIENTÍFICOS**

*Dulce Maria Scott*  
Anderson University, EUA

*José Carlos Teixeira*  
University of British Columbia, Canadá

# ÍNDICE

Índice de gráficos	9
Índice de quadros	11
<b>PREFÁCIO</b>	13
<b>INTRODUÇÃO GERAL</b>	17
<b>I PARTE</b>	
<b>POLÍTICAS E CONTEXTOS DA DEPORTAÇÃO</b>	
<b>CAPÍTULO 1.</b>	
<b>POLÍTICAS DE DEPORTAÇÃO</b>	25
<i>Álvaro Borralho</i>	
<i>Derrick Mendes</i>	
Introdução	25
1.1. A política de deportação nos EUA	27
1.2. A política de deportação do Canadá	33
Conclusão	34
<b>CAPÍTULO 2. CONTEXTOS DA EMIGRAÇÃO E DA DEPORTAÇÃO</b>	37
<i>Gilberta Pavão Nunes Rocha</i>	
<i>Derrick Mendes</i>	
Introdução	37
2.1. Evolução da Emigração e da Deportação	40
2.2. As Comunidades Portuguesas nos EUA e no Canadá	47
Conclusão	59
Fontes	61
Referências Bibliográficas	61

## **II PARTE**

### **OS DEPORTADOS**

#### **CAPÍTULO 3.**

##### **PERFIS DEMOGRÁFICOS**

67

*Gilberta Pavão Nunes Rocha*

*Derrick Mendes*

Introdução

67

3.1. Naturalidade e Residência

69

3.2. Idade e Sexo

79

3.3. Estado Civil e Família

85

Conclusão

97

#### **CAPÍTULO 4.**

##### **CONTEXTOS SOCIAIS E MOTIVOS DA DEPORTAÇÃO**

99

*Gilberta Pavão Nunes Rocha*

*Derrick Mendes*

Introdução

99

4.1. Educação e Emprego

101

4.2. Delitos que originaram a deportação

115

Conclusão

125

Fontes

127

Referências Bibliográficas

127

## **III PARTE**

### **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

#### **CAPÍTULO 5.**

##### **A DEPORTAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA SOCIAL**

133

*Álvaro Borralho*

Introdução

133

5.1. A Deportação como Problema e a Intervenção

134

5.2. Desconstrução e Autonomização de Percursos

139

5.3. A Experiência da Deportação

145

5.3.1. Origens Sociais dos Deportados

145

5.3.2. Dupla Penalização e Isolamento	152
5.3.3. Incompreensão face à Atitude Nacional	154
5.3.4. Construção Identitária e Cidadania	156
5.3.5. Cidadania e Exercício de Direitos	158
Conclusão	161
Referências Bibliográficas	162
<b>CONCLUSÃO GERAL</b>	<b>165</b>

## CAPÍTULO 5

### A DEPORTAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA SOCIAL

Álvaro Borralho

#### INTRODUÇÃO

A deportação surge no contexto da penalização da criminalidade e da marginalidade como uma medida claramente desproporcionada nas representações sociais dos deportados e este é o prisma fundamental desta análise, elaborada a partir de um conjunto de entrevistas, semidiretivas e com algum grau de profundidade, que foram possíveis de realizar.

As representações sociais constituem saberes-fazer, ou seja, disposições cognitivas construídas pelos indivíduos nos seus quotidianos e nas suas práticas sociais, que moldam os seus comportamentos e os impelem à ação (Almeida, 1990: 1). Trata-se de um conjunto de conhecimentos forjados na prática que constituem e orientam os indivíduos, articulando as dimensões objetivas e subjetivas construídas pelos próprios. Por outras palavras, um conjunto multifacetado de questões traduzidas individualmente como opiniões, gostos, preferências, etc., produzidas pelos atores nos contextos sociais que percorrem, mas sujeitas as alterações, valorações e agregações (Vala, 1997: 353-354).

As representações sociais não são inalteráveis nem estanques, sofrem mudanças e alterações além de se articularem com as novas representações construídas. Destarte, constituem o conjunto de elementos cognitivos que orientam a prática dos indivíduos, dão sentido às suas práticas e com isso estruturam o seu *modus vivendi*. São, por isso, bastante importantes no seu quotidiano pois os indivíduos guiam-se por elas. Como dizia o sociólogo norte-americano William Thomas, naquilo a que Robert Merton chamou o teorema de Thomas, “*se os indivíduos pensam as suas situações como reais, elas tornam-se reais nas suas consequências*” (Thomas; Thomas, 1928: 571-572).

Significa isto que no quadro comportamental é tão importante avaliar a forma como as representações sociais estruturam os comportamentos, assim como os comportamentos, as práticas e as vivências ajudam a estruturar e a consolidar as representações.

### 5.1. A DEPORTAÇÃO COMO PROBLEMA E A INTERVENÇÃO

Um primeiro aspeto do problema que a deportação constitui tem a ver com a forma como ela é vista pelos próprios e pela forma como os deportados entendem que ela é vista pelos demais indivíduos. Não só os que estão próximos do processo – autoridades, funcionários e auxiliares sociais –, mas também como ela é percebida pela comunidade. A visão do que são e como isso se apresenta no seu quotidiano, é algo que percorre as vivências dos deportados, sendo que a deportação é quase sempre vista como um desvio no seu percurso de vida. Por outras palavras, não se trata de fazer corresponder desvio social à infração de normas e regras, como habitualmente é designado, mas na complexidade daquilo que o desvio social também convoca: um caminho alternativo ao percurso de vida que vinha sendo seguido.

Para esta informação concorre também não só os depoimentos que foram recolhidos, como a observação direta dos contextos da recolha das entrevistas.<sup>1</sup> Alguns dos deportados entrevistados – homens e mulheres – têm já preparado um certo discurso de apresentação de si mesmos que corresponde não só ao que eles pretendem veicular, como, por vezes, corresponde mais ao que os próprios pensam ser seu dever dizer do que corresponder a uma opinião ou discurso autónomo. Por isso, o confronto do que se afirma, em determinada altura da entrevista, teve de ser enquadrado com tudo aquilo que foi afirmado. Isto levou a um processo analítico de vaivém permanente entre as afirmações.

---

1 Foram realizadas 20 entrevistas, a homens e mulheres, cujo contacto prévio foi estabelecido pela ARRISCA – Associação Regional de Reabilitação e Integração Sociocultural dos Açores. A ARRISCA é “uma associação sem fins lucrativos, constituída de harmonia e em conformidade com o estabelecido pelo regime jurídico das associações. Reveste a forma de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social com utilidade Pública e foi criada a 15 de Janeiro de 2007” (<http://www.arrisca.pt/quemSomos.html>). Os excertos reproduzidos foram retirados destas entrevistas e não possuem qualquer identificação. A referência (...) significa que o texto foi cortado, para suprimir elementos acessórios e para retirar outros que pudessem levar à identificação dos sujeitos, mas manteve-se a lógica e a coerência discursivas. Por vezes, houve a necessidade de incorporar outras referências no texto – assinaladas desta forma [...] – o que indica uma expressão de contexto para se perceber o sentido da afirmação. Os excertos dos depoimentos realizados em inglês foram traduzidos para português.

No fundo, o que se pretende aqui mostrar é, mais do que aspetos biográficos individuais, uma biografia coletiva das vivências experimentadas por este conjunto de indivíduos.

Para esta circunstância de a deportação ter consistido um acidente, concorre uma outra, igualmente presente nos discursos e nas práticas dos deportados que é o desejo de voltar.

“Se Deus quiser, sim, voltarei para os Estados Unidos porque tenho o amor da minha família. A minha família é tudo que tenho. (...) O meu irmão esteve cá a semana passada por dois dias, depois foi para Lisboa. Volta no próximo ano para me visitar durante duas semanas. De momento estou a concorrer para voltar para os Estados Unidos. (...) O meu advogado disse-me vinte anos [de expulsão]. (...) A minha vida está na América. Agora já estou habituado cá porque já estou cá há 16 anos. É um lindo país mas não gosto de estar cá porque a minha família não está cá comigo”.

A deportação acontece, como se viu antes, após uma penalização criminal, nalguns casos vários anos após a ocorrência do crime, e ela não tende a ser vista pelas autoridades como um mero acidente na vida dos sujeitos, mas antes como um novo percurso de vida que interrompe o trajeto social e individual do sujeito até ali e lhe comunica um novo destino e um novo sentido. Esta dimensão pode parecer óbvia, mas não é: se há deportados que acabam por a traduzir nos seus discursos e embora alimentando o desejo de voltar, reproduzem-na e conferem-lhe alguma convicção, a maioria não pensa assim. Os que fazem corresponder uma certa improbabilidade ao regresso são, em particular os que estão melhor apetrechados a lidar com ela, seja pelas ferramentas cognitivas e educativas, seja pela experiência profissional acumulada.

“Cada dia que passo cá, não sei se é porque tento esquecer-me dos Estados Unidos, por causa dos problemas, ou porque me estou a adaptar, a começar a gostar de ficar cá. Se tivesse oportunidade de voltar para os Estados Unidos, voltava. (...) Estão numa situação em que provavelmente não os voltarei a ver. Já perdi (...) desde que cheguei cá; a minha (...) morreu. Nunca a voltarei a ver. O resto da minha família está lá. (...) Gosto de cá, porque foi onde nasci. Foi onde dei os meus primeiros passos. Gosto de estar cá, porque é o meu país. Sinto-me bem cá. Tento viver como todos os outros à minha volta. Não deixo que as coisas me incomodem. Estou a tentar viver a minha vida cá. Porque é o que é. Estou a esforçar-me muito. Mas não é fácil”.

“Disse-lhes que me deixassem sair ou me mandassem para fora do país, mas que não ia continuar preso lá, à espera que decidissem. Foi um ultimato: ou vou para aqui ou vou para lá, mas na prisão não vou ficar. Finalmente cansaram-se das minhas cartas e remeteram-me para cá. (...) Meti na cabeça que se viesse para cá, iria construir uma vida cá. Vim para cá com bastante ensino, incluindo (...). Não me serviu de nada por causa da barreira linguística. O que se aprende nos States é completamente diferente daquilo que se aprende cá. Não conhecia muito bem a língua. Não consegui um trabalho que valesse a pena. (...) Não falo muito bem a língua”.

Esta experiência sobre a dificuldade em regressar, ou a improbabilidade disso acontecer, surge também no contexto do contacto quotidiano com os técnicos de apoio social, presentes nas vivências dos deportados. Com efeito, o contacto com os técnicos leva os deportados, alguns deles, a tomarem uma maior consciência da dificuldade em regressar e, no limite, dessa impossibilidade. Por outras palavras, são os técnicos de apoio social que mais interrogam a deportação – o seu sentido político e humanitário – e são simultaneamente os agentes melhor preparados para a abordar e a equacionar com os próprios deportados. Apesar de existir um saber diferencial entre deportados e técnicos, estes últimos acabam por ser as âncoras de apoio individual e coletivo aos primeiros e também aqueles que mais contribuem para sua ancoragem e integração na sociedade portuguesa. Quanto mais resultar a estratégia de integração, seja pelo seu carácter faseado, seja pelo carácter interventivo e de prestação de apoio, melhor resulta no sentido de os deportados construírem expectativas sobre o seu percurso na sociedade onde estão. A integração levará, inevitavelmente, ao questionamento sobre a permanência ou transitoriedade dessa mesma integração.

Seja de que modo for, a deportação tende a ser vista pelos técnicos como uma alteração permanente do destino social e individual dos sujeitos, mesmo quando os próprios disso não se apercebem ou não constroem essa mesma representação. Munidos das ferramentas cognitivas que lhes permitem perceber mais objetivamente esse destino social dos deportados, os técnicos vivem de certo modo em dois mundos: o da construção objetiva da realidade social que constroem a partir das vivências dos e com os deportados; e no da construção subjetiva dos próprios, muitas vezes distante e desligada da realidade. Se por um lado, tentam tornar conhecida a realidade da deportação aos deportados, nomeadamente os condicionalismos, as vicissitudes, a necessidade imperiosa de integração social, numa sociedade que desconhecem e parecem querer continuar a desconhecer; por outro, também percecionam a

natureza difícil de tornar objetiva a deportação e as reais condições (objetivas) de integração social.

O segundo aspeto do problema situa-se justamente nesta conflitualidade de lógicas imanentes à deportação e à situação social dos deportados. Sem apoios, e sem intervenção de pessoal habilitado para isso, a integração será sempre muito complexa, senão mesmo impossível. Mas este apoio e auxílio também tende a ser percecionado pelos deportados como algo que os prende mais aos Açores, logo a adiar o tão almejado regresso ao país para onde emigraram. E, assim, os deportados tendem a construir e a adequar uma estratégia que se afasta objetiva e subjetivamente da integração. No fundo, a lógica apercebida é esta e é coerente: quando mais se integrarem mais se afastam da América, quanto menos se integrarem mais se sentem próximos do regresso o que, a maioria, efetivamente deseja.

“Eu vejo a situação de uma maneira completamente diferente. As pessoas que vêm para cá estão muito revoltadas, mas estão revoltadas contra o pessoal cá, contra o governo de cá. É uma coisa que eu não compreendo. É o governo de lá, o governo lá é que nos pôs cá. (...) Eu não concordo com a lei, porque há muitos motivos desta lei. Quando o 11 de Setembro aconteceu, pôs a economia em mau estado. Eles fizeram uma limpeza. Quem iniciou esta lei foi o Clinton. Depois, a lei era para mudar. Quando aconteceu o 11 de Setembro usaram isso, aproveitaram essa oportunidade para fazer uma limpeza, porque todo o dinheiro que descontei para a caixa, todos nós, eles ficaram com tudo. Não tivemos direito a nada. Pessoas que trabalharam trinta anos, eles ficaram com tudo. Precisavam daquele dinheiro para a guerra no Iraque. Há muitos motivos, se eu estivesse revoltada e não estou, era com os Estados Unidos. Da maneira que eles estão a fazer as coisas, não está correto. Eu estava lá legalmente, a única diferença é que eu não podia votar, porque não tinha os papéis americanos. Pagava o meu IRS, tudo”.

“Eu optei por fazer o melhor da situação e cresci muito cá. Sinceramente, cresci muito cá, aprendi muito cá, sinto-me útil cá. Eu também sempre fui uma pessoa muito desenrascada. Mesmo lá fora, sempre fui. Quando a juíza me disse (...), a audiência durou 5 minutos e ela não se deu com a minha cara e eu só cometi um crime. Obviamente, ela não gostou do que eu fiz. Então, disse-me que me ia mandar para fora. Não fazia mal, que onde me pusessem eu sou pessoa para conseguir. Ela respondeu-me que não tinha dúvidas. Aceitei. Claro que não foi fácil ouvir aquelas palavras, mas aquilo só me chocou mesmo quando eu pus os pés cá”.

Neste sentido, os técnicos procuram moldar uma estratégia de intervenção que não é completamente esclarecedora dos seus objetivos, mas que também não é ilusória dos potenciais efeitos a criar. Não se trata, sublinha-se, de uma estratégia de ilusão ou de engano, mas de criar condições para que estes sujeitos se deixem moldar na estratégia de intervenção, sem que abdicuem dos traços identitários criados. Trata-se, ainda assim, de uma estratégia que se afigura correta para os objetivos pretendidos, mas que apresenta riscos, tais como os próprios conseguem perceber e afirmar. Estes riscos, para dar um exemplo, são os que decorrem de uma situação em que objetivismo e subjetivismo se confundem e até podem entrar em conflito. Por outras palavras, há o risco – tal como foi apresentado explicitamente nos depoimentos – de os deportados entenderem esta estratégia interventiva como uma forma de engano ou cuja verdade não lhes foi toda contada e assim inviabilizarem a intervenção por suspeita.

Este traço está bem presente na constelação das representações sociais dos deportados que influi diretamente na construção das representações por parte dos técnicos: a desconfiança ou suspeita. A natureza da condição de deportado, e da sua configuração de problema, começa por a estratégia interventiva ter de atuar, em primeiro lugar, sobre a desconfiança face às autoridades políticas e restantes agentes de intervenção portugueses. Os deportados tendem a explicar, como se verá, a sua situação em torno de uma questão aparentemente simples, mas complexa na sua formulação e que pode ser vista, por agora, desta forma: a sua expulsão advém de uma incoerência do Estado português e não é só devida às autoridades norte-americanas.

De facto, o estabelecimento de um Acordo entre o Estado português e os EUA no sentido de ser facultada informação e haver uma rede criada para acolher os deportados, como se viu em capítulo anterior, obrigou a que ao longo do tempo se fosse construindo uma resposta organizada e mais interventiva no processo de integração:

“Um dos temas que foram discutidos no quadro das reuniões do projeto circuito de informação foi o ‘Guia Prático de Regresso aos Açores’, depois publicado pela Direção Regional das Comunidades, contendo informação e enquadramento legal do processo de deportação nos EUA e da integração em Portugal, versando sobretudo em programas disponibilizados de apoio à reintegração social. No quadro destas reuniões foi também discutida e elaborada uma ‘ficha sócio-biográfica’ a preencher sobre o deportado, de forma a integrar um conjunto de informações

que as instituições no destino consideravam necessárias para melhor promover a integração social dos cidadãos deportados” (Fonseca, 2015: 192-193).

A troca de informações é centralizada pela Direção Regional das Comunidades, do Governo Regional dos Açores, enquadrando as “diversas instituições que localmente asseguram apoio social e integração aos cidadãos regressados (e.g. ARRISCA, Novo Dia, Instituto de Solidariedade Social)” (Fonseca, 2015: 192). O processo é ainda acompanhado pelos consulados, ainda nos EUA, que procuram fazer a ponte entre a realidade portuguesa e americana: “o Consulado de Portugal em New Bedford acompanha e presta apoio aos casos de deportação de cidadãos nacionais detidos a aguardar deportação nos Centros de Detenção e estabelecimentos prisionais localizados em toda a região da Nova Inglaterra, abrangendo os estados de Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New Hampshire, Vermont e Maine” (Fonseca, 2015: 193).

## 5.2. DESCONSTRUÇÃO E AUTONOMIZAÇÃO DE PERCURSOS

De uma forma geral, a intervenção nacional é operada ainda no território dos EUA, em parceria com as autoridades estaduais, facto que não passa despercebido aos próprios deportados dada a natureza desta intervenção:

“A assistência aos casos de deportação passa pelo apoio direto e visitas a cidadãos deportados, apoio às famílias, emissão de documentos de viagem, articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa e a Direção Regional das Comunidades nos Açores, entidades responsáveis pelo seu acolhimento no aeroporto e posterior acompanhamento, reintegração e apoio social em Portugal. São também efetuadas com frequência diligências, verbais e escritas, junto a responsáveis nos estabelecimentos prisionais, onde o cidadão aguarda deportação, e junto às autoridades de imigração americanas, sobretudo destinadas a implementar o Acordo assinado em matéria de deportação” (Fonseca, 2015: 193).

Estes fatores são vistos, muitas vezes, pelos deportados como potenciaadores e auxiliaadores da sua deportação e não como mero resultado de uma facilitação da sua integração. Na verdade, os deportados tendem a ver nisto algum interesse de Portugal em recebê-los – traduzido em apoios financeiros diretos, como foi referido – e não como uma obrigação legal e humanitária.

“Eu considero-me cidadão americano, mas não o sou legalmente. Mas, pela minha parte, considero-me americano porque fui criado lá e a minha família inteira está lá. Eu não pertencço cá, nem devia estar cá. Eles não me deviam ter feito voltar para cá. Portugal não nos devia aceitar. Aceitam-nos e depois desprezam-nos. Nem se consegue arranjar um emprego. Aqui não se vale nada. É a verdade”.

“Eles [Serviços de Imigração] não têm ideia do tipo de vida que temos aqui. Cometemos crimes lá! Portugal não devia aceitar estas pessoas porque não podemos pagar o mesmo crime duas vezes”.

Não se trata de uma desconfiança pura e simples, mas um sentimento resultante da falta de informação sobre o país, da dificuldade de integração e ainda de outros aspetos que serão tratados mais à frente. Todos eles constituem um complexo conjunto de questões que não são resolvidas de uma vez, antes se vão traduzindo em resoluções parcelares da integração. Os técnicos são os principais elementos que permitem superar estas suspeitas, mas tornam-se eles próprios os alvos dessa suspeita já que estão, de forma direta ou indireta, ligados ao poder político. Os técnicos têm noção desta suspeita e o seu primeiro trabalho consiste em fazer desaparecer as suspeitas sobre o país – que adiante se verá –, assim como as suspeitas sobre si mesmos. Trata-se, por isso, de um duplo trabalho de construção ou di-visão (Bourdieu, 1989) – uma dupla visão – com os deportados, num sentido pedagógico mas que não é possível realizar de uma vez por todas e, desta forma, se constitui num processo permanentemente desenvolvido.

“Ouço falar bastante disso, ser discriminado, ser isto e aquilo. Não me aconteceu. Eu trabalhei em vários relacionamentos através desses programas. Estive fora do país tanto ou mais tempo que qualquer outro açoriano ou português. Vou a clubes, a danças, festas, falo com eles, como e bebo com eles, vou à missa. Esta coisa da discriminação... Todos os que vêm para cá vêm com algum problema. As pessoas sentem-se confusas”.

Por outro lado, há uma preparação do regresso por parte das autoridades norte-americanas que não foge ao seu escopo e que resulta em tornar a deportação o menos conflitual possível. Não se pode afirmar que se trata de uma atitude geral, mas por mais do que uma vez ela foi referida pelos deportados: as autoridades norteamericanas veiculam informações sobre Portugal que os próprios verificam não corresponderem às expectativas geradas.

“Dizem: quando chegares lá, vais ter tudo. Vão estar lá para te ajudarem. Tens direito a receber o dinheiro que descontaste, aqui, para a caixa. Este tipo de coisas. Não é verdade. Muitos dizem que o governo português é que está a ficar... O governo americano manda dinheiro para cá e que a associação é que está a ficar com o dinheiro. E dizem: “*Então, onde é que está o meu?*”. São pessoas negativas. Sabem muito bem que, se o governo não dá o dinheiro que a gente desconta para a caixa, como é que vai mandar dinheiro para cá? Isso é lógico. São pessoas tão miseráveis, não aceitam esta situação, é uma maneira...”

“Duas vezes falaram-me de Portugal. Sabiam tudo sobre mim. Sabiam que eu já não vinha cá há mais de 30 anos. Repetiam que Portugal é um bom país. Não era sobre Portugal ou os Estados Unidos, era sobre a minha família cá. O que é que eu ia fazer sozinho depois de mais de 30 anos. A situação era essa. Eles percebiam isso. Mas tinham que fazer o seu trabalho”.

O conjunto de técnicos ouvidos possui formação académica e detém uma experiência considerável no apoio aos deportados. A sua formação académica é, aliás, o elemento que os terá levado a lidar com esta população, sendo que, nalguns casos, o acompanhamento profissional é superior a uma década, o que configura um manancial de experiência acumulada bastante considerável, permitindo não só a transmissão de informação relevante, mas também o equacionar de estratégias de intervenção e de alteração dessas mesmas práticas interventivas. Parece relevante salientar que estes técnicos são conhecedores dos meios e das práticas de intervenção, não só das que aplicam mas também as de outras organizações, como se mostraram disponíveis para equacionar e discutir as estratégias de intervenção. Ou seja, da sua prática interventiva parece fazer parte uma importante componente de autorreflexividade como meio de superar os condicionalismos e as contrariedades colocadas na prática profissional. Têm, por isso, um discurso relativamente abrangente da complexidade de questões associadas ao problema da deportação e encaram-no de forma bastante próxima como um problema. Importa explicar esta dimensão um pouco melhor.

De certa forma, existe um desencontro entre as lógicas da ação e uma certa ambiguidade na prática, ou melhor, uma certa conflitualidade advinda da situação complexa vivida. Não se afigura uma resolução para esta ambiguidade e ela denota a complexidade da situação e o seu aspeto de problema por resolver incide justamente nisto. Os técnicos vivem nesta duplicidade de papéis, sabendo mais do que os deportados sobre as suas situações, sem querer

condicioná-los, e, ao mesmo tempo, a ter que trabalhar com eles, percebendo as suspeitas levantadas pelo seu trabalho.

Em dois depoimentos, sobretudo, há uma indicação segundo a qual os deportados os veem mais como agentes ao serviço do Estado português – e, nessa medida, desculpabilizadores da responsabilidade que eles atribuem a Portugal pela sua situação – do que como agentes que promovem a sua integração social. Isto mesmo é confirmado pelo depoimento de alguns dos deportados, pois ao falarem do seu percurso de deportação tendem a encontrar nos técnicos uma desnecessidade que só a sua presença justifica. Quer dizer, os técnicos vivem à sua custa e não os ajudam o necessário. E, assim, imobilizam os seus percursos e ajudariam a prolongar, desnecessariamente, a sua permanência.

Se bem que esta convicção não seja de todos, ela está presente na maioria dos discursos dos atores. Esta conflitualidade latente é dirimida pela busca de soluções de compromisso que envolvem os deportados também na responsabilização dos seus percursos sociais e individuais enquanto permanecem na Região. Para isso, são desenvolvidas formas de integração que pretendem autonomizá-los e promover a gestão do seu percurso de vida.

“Mas o governo [dos EUA] nem manda um único cêntimo. A única coisa que o governo fez foi pagar a passagem e pôr-te cá. Eles não dão apoio em mais nada. É como eu dizia há pouco: graças que Portugal dá o apoio que dá. Eu dou graças a Deus que temos isso. Em Salvador, eles não têm apoio nenhum. Tu vais para o avião e, meu amigo, desenrasca-te como tu quiseres. No México é igual. Pelo menos, em Portugal, o governo dá. Temos muito apoio cá. Eles [os deportados] não sabem agradecer isso. Estão contra, estão revoltados. Não fazem nada. No fundo disto tudo, para ser muito sincera consigo, eu nunca me senti discriminada cá. Eu sinto-me discriminada pelos próprios que vieram para cá na mesma situação. São invejosos. Não podem ver outra pessoa a conseguir alguma coisa na vida. Se eu tenho pena dos que não conseguem? Não. Alguns querem lutar. Infelizmente não há trabalhos. Essas pessoas, aprecio”.

No entanto, esta estratégia também encontra dificuldades dado que cerca de metade dos deportados – as fontes assim o referem – já estariam dependentes das ajudas sociais no país de acolhimento. Destes, uma grande maioria necessita de cuidados especiais de saúde por via de patologias mentais, infecciosas, etc. Ainda neste aspeto importa destacar que a população masculina, apesar de ter percursos de maior marginalidade, não está tão vulnerável quanto a população

feminina. As mulheres, na maioria dos casos, ficam mais vulneráveis com a deportação e, em geral, têm mais dificuldades de integração. As estratégias de integração têm de ser pensadas para populações diferentes, sendo que se percebe que a população feminina, por que mais vulnerável, necessita de um esforço e um acompanhamento maiores.

“Levou tempo porque eu tive uns tempos difíceis. Costumava beber muito, não me importava com nada. Passaram alguns anos até eu parar de beber. Foi na altura em que vivia em (...). Depois comecei a trabalhar (...), tinha um trabalho à noite. Conheci a (...). Ficamos amigos, agora vivemos juntos. Já vivemos juntos há quase (...) anos. Foi muito bom ter conhecido a (...). Ela é muito boa pessoa, trata-me bem, eu trato-a bem. Tentamos melhorar a nossa vida. É difícil. De momento estou a trabalhar para (...), mas não ganho muito. Dá para sobreviver. É melhor do que nada. Eu trabalhava na construção. A companhia que me empregava deixou de ter trabalho. (...) Antes disso, eu sempre trabalhei para me sustentar. Nunca recebi ajuda do governo ou doutros. Ninguém me ajudou. Este ano não tive trabalho e não tinha ninguém a quem pedir ajuda (...). Nunca recebi apoio de ninguém. No princípio, a minha família deu-me algum dinheiro para dar à minha tia, para a ajudar com a comida. Depois comecei a falar com as pessoas. (...) fui para casa dela. Dois meses depois, comecei a procurar trabalho. Tinha um amigo com que falava frequentemente, que estava a trabalhar. Ele falou com o seu patrão. A partir daí, comecei a trabalhar. Estive cá dois meses, depois comecei a trabalhar e sempre trabalhei. Este ano foi o único em que não trabalhei. Tenho algum trabalho, mas não é na construção civil”.

Também não surpreende, portanto, que a intervenção se faça ao nível da prestação de cuidados de saúde, com destaque para a saúde mental, além do combate às dependências. As organizações englobam um conjunto de técnicos que não apenas da área da intervenção social, mas da área da saúde. E nota-se um investimento neste setor como resultado do acompanhamento e do melhor conhecimento que se vai tendo da situação dos deportados.

“Uma luta não como um deportado, como uma pessoa. Luta de uma pessoa normal, financeiramente. Você conhece alguém na minha posição? Ninguém te quer contratar de forma permanente e tenho que contar com programas do governo para ter um emprego. Trabalho como um cão; alguns dias estou tão exausto, e com a minha doença, fico ainda com mais stress. Nunca penso em me matar, mas às vezes eu penso: Deus – é isso, acalma-te – chega, leve-me para longe disto. Só

queria morrer e ficar em paz de uma vez por todas. Mas eu não. Deus tem um plano para mim, seja o que for, é continuar”.

A ação interventiva também se depara com uma forte dificuldade que tem a ver com processo identitário. A construção da identidade social é um duplo processo de construção e desconstrução, ou de identificação – construção das semelhanças – e de identificação – construção das diferenças (Pinto, 1991). Ao obrigar a certas adoções de regras e normas formais, a comportamentos que rompem com condutas que os deportados tinham no país de origem, a intervenção e os agentes que a realizam, obrigam a uma desconstrução do percurso de vida, obrigando a uma nova construção. De certo modo, obrigam a desidentificação, ou identificação, e isso leva a novas construções de sentido, ou seja, de recomposição da identidade. Como tudo isto não se opera num vazio, as resistências dos deportados neste processo são constantes, a ganhar peso, especialmente, as resistências à perda dos traços característicos que eles conservam como sendo do país de acolhimento. Por outras palavras, existe uma grande resistência, no sentido de deixarem cair certos aspetos que os identificam, aos seus olhos como norte americanos, e os distanciam dos portugueses a que eles não se sentem pertencer. Avulta neste confronto de elementos simbólicos, a língua e, especialmente, o vestuário ou a forma de vestir.

“Não tenho futuro cá. Nem nos querem dar empregos. Trabalhei para (...), mas através de um contrato com prosa e por apenas 18 meses. Depois disso, vai-se para o fundo de desemprego. Depois do fundo de desemprego vai-se para o rendimento [Rendimento Mínimo Garantido ou Rendimento Social de Inserção]. (...) Não quero ir para o Welfare. Tenho o direito de trabalhar. (...) Disse-lhe: vocês não nos querem cá. Pedi-lhe que imaginasse que tinha uma loja e que, na vitrina tinha um anúncio com uma oferta de emprego. Eu entrava na sua loja, vestida desta maneira, e dizia-lhe que queria trabalhar, contratava-me? Ela respondeu-me que não. Eu perguntei-lhe: porquê? Ela respondeu-me que era por causa da forma como me vestia. Eu respondi-lhe, que ela queria que eu mudasse quem eu sou porque não gostava. (...) Lá por me vestir assim, não quer dizer que sou má pessoa. Disse-me, na cara, que não me contrataria apesar de ter uma oferta de emprego anunciada. Não me contrataria por causa da maneira como me visto, por causa do que sou, basicamente, porque sou deportada. Disse-lhe que era esse problema, que nos julgavam pela forma como nos vestíamos”.

O conjunto destes elementos identificativos da sua condição social acabam por contribuir para a afirmação do estigma que é ser-se deportado. Tal como Goffman identificou, o estigma produz-se sobretudo em contexto visual, ou seja, quanto maior forem as evidências que aquele indivíduo pertence aquele grupo (1982: 58-59). A manutenção da língua inglesa, de uma certa forma de vestir e de elementos característicos de outra paisagem cultural ajudam e reforçam esta situação.

Desta forma, a autonomização dos deportados face às organizações de intervenção e face aos poderes públicos, só pode resultar muito limitada. Não quer dizer que todos estejam nessa dependência, mas cerca de um 1/4, valor que pode oscilar, tem um acompanhamento quotidiano por parte das organizações que atuam no terreno. Os técnicos, como agente mediadores neste processo, acabam por funcionar também como rede familiar, pois muitos perderam-na e não a conseguem estabelecer ou restabelecer, mesmo quando em contacto com familiares na região. Ou os contactos se perderam ou porque os familiares não querem esse reencontro de modo a não serem associados aos deportados.

### **5.3. A EXPERIÊNCIA DA DEPORTAÇÃO**

O conjunto dos entrevistados é de 20 indivíduos – 15 homens e 5 mulheres –, com idades compreendidas entre os 38 e os 61 anos, sendo que 15 estiveram imigrados nos EUA, 4 no Canadá e um deles acumulou as duas experiências de emigração. Na sua maioria proveniente da ilha de São Miguel, um é natural de São Jorge e outro do Faial. Em termos de relacionamento familiar, a maioria está divorciada, cerca de metade; cinco são solteiros, três são viúvos e dois vivem atualmente uma relação conjugal, mas também ela precedida de divórcio. Não se trata do cônjuge, mas de um(a) parceiro(a) cujo relacionamento se estabeleceu depois da deportação, podendo falar-se mesmo em família recomposta.

#### **5.3.1. ORIGENS SOCIAIS DOS DEPORTADOS**

Em termos de percurso familiar, destaca-se a emigração relativamente precoce para o continente norte-americano – alguns não sabem precisar bem a idade em que acompanharam os pais –, quase sempre feita na primeira década de

vida. Isso é confirmado pelo facto de terem ainda frequentado a escola no país de acolhimento, caracterizando-se essa escolaridade por ser mais elevada do que a da sua geração na Região, mas ela caracteriza-se por ser uma escolaridade equivalente ao 9.º ano. De facto, a média do conjunto é de 9 anos, embora 6 tenham cumprido 12 anos de escolaridade.

A maioria dos pais dos deportados apresenta uma escolaridade bastante menor do que a dos filhos. Não é possível apresentar dados precisos, pois 9 não sabem a escolaridade dos pais, 8 sabem que os pais não frequentaram a escola, restando 3 que não teriam ido além do ensino básico do 1.º ciclo.

As profissões dos pais, especialmente do pai, antes da emigração estiveram quase sempre ligadas à agricultura ou à construção, tendo vindo a desempenhar estas mesmas atividades no país de acolhimento. Por vezes, como assalariados, inicialmente, depois trabalhando por conta própria, mas em atividades muito solicitadoras de mão de obra e cujo rendimento nunca foi elevado e quase sempre de exploração familiar. No caso das mães, a maioria é doméstica e as que trabalharam não chegaram propriamente a ter uma profissão, antes desempenharam tarefas pouco qualificadas e pouco remuneradas, de forma menos permanente que os maridos e de forma a complementar o rendimento familiar.

A escolaridade foi, quase sempre, um imperativo colocado pelas normas do país de acolhimento, transformada numa necessidade de assimilação cultural e de desenvolvimento de capacidades cognitivas para o domínio da língua (o inglês). Aprender inglês seria fundamental para os pais destes indivíduos, pois muito deles nunca chegaram a falar ou a compreender a língua, tendo ficado apenas pela apreensão de algumas palavras o que lhes permitia uma inserção mínima na sociedade do país de acolhimento.

“Algumas pessoas disseram-me que, para uma pessoa que tinha vivido nos Estados Unidos (...) anos e tinha acabado de chegar, eu falava bem português. Eu falava português em casa, na escola falava espanhol e inglês. Tenho bom domínio das três línguas. Muitos dos que regressaram para cá falam inglês na rua. Não é bom. Eu falo sempre português cá. Não quero que as pessoas digam: esse tipo é um daqueles deportados. Eu falo português e inglês e posso mudar de língua quando é preciso”.

“Um pouco difícil porque tinha que aprender a falar inglês e ir para a escola. Um dos bons aspetos de ir para a escola lá é que tínhamos professores de português e inglês na altura. (...) Não era uma escola só para portugueses, mas havia portugueses

na escola. Tínhamos aulas de português. Era um aspeto positivo. Dali, começamos a aprender a falar inglês, e a vida melhorou. Quando se começa a falar inglês, é muito bom. Quando se vive lá, tem que se aprender a falar a língua deles. Como cá, também, tem que se saber falar português. É difícil comunicar com as pessoas cá. É sempre bom saber”.

“O português é mais difícil. Há muitas maneiras de falar. Eu sabia falar português, mas não tão bem como sei hoje em dia, porque já estou cá há (...) anos. Portanto, o meu português é muito melhor do que antes. Antes eu não sabia falar bem português. (...) Na América só falava português com as pessoas que não falavam inglês. A maioria do tempo falava inglês com os meus irmãos. (...) O meu pai não sabia falar inglês. A minha mãe sabe. Falavam português a maioria do tempo”.

Nalguns casos, a frequência da escola não era, de todo, um desejo dos pais, sobretudo no caso das mulheres. Nalguns casos, a “ida à escola” das raparigas foi aceite pelos pais por que isso se justificava naquele novo país, mas não era totalmente bem vista dado representar uma inserção demasiado rápida na sociedade de acolhimento o que também representava uma perda de identificação com os valores mais tradicionais e a eventualidade de desencadear conflitos. Todavia, no geral, as mulheres são mais escolarizadas do que os homens, pois dos seis que concluíram os 12 anos de escolaridade, 5 são mulheres. Isto não entra em choque com o que foi afirmado antes, pelo contrário confirma-o. A frequência da escola para as raparigas é vista pelos pais como um mal menor, ou seja, seria uma forma de retardar a sua entrada no mercado de trabalho e assim continuarem por mais tempo na dependência dos pais até terem idade para namorar ou pensar em casar, ou seja, até poderem encetar de forma autónoma um relacionamento amoroso.

“Fui criada muito fechada. O meu pai era uma pessoa muito orgulhosa, não deixava a gente fazer nada. Não acreditava nos estudos. Queria a gente a trabalhar. A maior parte dos imigrantes são assim, têm aquela mentalidade. Naquela altura, a lei era que os filhos tinham que ir para a escola, se não fosse por isso... Fui criada muito fechada, o pai não nos deixava ir para lado nenhum, não podíamos sair com amigas, não podia ir ao circo. (...) Acho que, quando saí de casa, eu casei-me, gostava do meu marido, mas foi mais uma maneira de sair de casa. Eu tinha medo do meu pai. Ele era muito duro com os filhos e as filhas. Estive casada dois anos, tive a minha filha. Ao fim de (...) anos é que comecei a minha aventura”.

A escolaridade, no caso dos homens, é interrompida quando surge uma atividade laboral, a possibilidade de um trabalho ou de um emprego. Quase sempre é um trabalho mais do que um emprego, ou seja, uma atividade ligada ao ramo da construção civil em que se faz um pouco de tudo. Daí, nalguns casos, passa-se para outras atividades, tais como as do comércio e de serviços mas são uma minoria aqueles que progridem neste sentido.

“Toda a família se naturalizou, incluindo os meus pais. Todos, menos eu. Fui tratar dos documentos de naturalização em (...). Passei na maioria, mas falhei no teste de História. A senhora disse-me que eu me tinha desempenhado bem: sabia falar e escrever inglês: não tem problema nenhum, mas não passou no teste de História. Disse-me que frequentasse aulas de História dos Estados Unidos e fizesse o teste de novo. Nunca fiz isso, porque no mesmo ano me casei e tive um filho. A vida era mais importante. Naquele ano também recebi o *green card*, o cartão permanente. Pensei: agora já tenho o cartão permanente, posso trabalhar. Trabalhar era importante porque era casado de novo e tinha uma casa, precisava de dinheiro. Portanto, nunca frequentei as aulas de História. Cerca de um ano mais tarde, enviaram-me uma carta dizendo que tinha perdido a oportunidade e eu nunca mais fiz nada sobre o assunto”.

Já no que diz respeito às mulheres, os trabalhos desenvolvidos giram à volta do comércio e dos serviços, embora de forma precarizada, avultando o trabalho temporário ou parcial (*part time*), a confirmar a sua tendência para uma mais elevada escolaridade. Esse trabalho é continuado depois de constituírem família e existe uma forte diferença com a situação das suas mães no que diz respeito à recusa da situação de doméstica, mesmo depois de terem filhos.

Comparando a trajetória dos deportados à dos seus pais, verificamos a existência de alguma mobilidade social ascendente, algo que os pais também irão conseguir face à sua origem familiar. O trajeto dos deportados é mais consistente do que o dos pais: têm mais escolaridade e têm empregos melhor remunerados. No entanto, trata-se de mobilidade social de pequeno alcance, quer dizer, não chegam propriamente a mudar de classe social, mas de fração de classe. Para se ter uma visão mais completa sobre a problematização da classe social seria preciso fazer a análise com base na tipologia de classes para as sociedades americana e canadense, o que traria alguma complexidade teórica ao estudo. Assim, não sendo o lugar para problematizar essa questão, é, todavia, possível afirmar e ancorar a análise naquilo que foi afirmado, a existência de mobilidade social ascendente.

O percurso migratório é o elemento que potencia e desenvolve esta mobilidade social. A emigração é, sobretudo, de caráter económico e ancora nas explicações da emigração açoriana de meados do século XX (Rocha, 2008; Rocha, Ferreira, Mendes, 2011). Consiste numa mobilidade não isenta de algumas inconstâncias e condicionalismos, ou por outras palavras, de dificuldades de inclusão social no país de acolhimento.

“A minha mãe só falava no meu pai juntar dinheiro. Quando emigramos éramos (...), o meu pai tinha dinheiro para pagar as passagens todas. Em 1974 o meu pai fez uma casa nova. Ainda temos terras em (...). O meu pai era assim, sempre foi uma pessoa muito trabalhadora e poupada. No início, a minha mãe queria voltar. O meu pai queria pôr uma leitaria [nos EUA]. Tinha filhos para poder trabalhar para ele, e podíamos ter conseguido isso. Por causa da minha mãe, que queria voltar. Isso impediu o meu pai de começar o seu próprio negócio, de ter uma leitaria. Hoje podíamos ser muito ricos, foi por causa da minha mãe que isso não aconteceu. Depois, quando chegou a altura, ela já não queria voltar e, depois, o meu pai é que queria voltar. O sonho era termos uma leitaria grande, os filhos estarem a trabalhar para o meu pai. Para muitos portugueses era assim. Não falavam muito dos Açores”.

“Mesmo com a economia mal lá, eu conseguia encontrar trabalho dentro da minha área. Conheço muita gente. Por isso não há problema em eu encontrar trabalho lá. Sempre trabalhei”.

“Parti de cá aos (...) anos, com muito pouca instrução. Fui para os Estados Unidos. Lá o ensino foi muito bom. A ideia era trabalhar, ganhar dinheiro, melhorar a vida. Não era ir para a universidade (...). Subitamente, volto para cá, a mesma pessoa que era (...) anos antes. Agora as coisas estão tão avançadas. Tenho procurado trabalho e todos querem o 9.º ano de escolaridade. Tenho (...) anos de idade. Como é que vou conseguir completar o 9.º ano? Além disso, o problema é que não há trabalho. (...) Já estou cá há (...). Mas tem sido difícil, duro. Se realmente pensar na situação, não há um futuro para mim cá. Posso ter de ficar cá”.

Se a questão da língua foi resolvida com a escolaridade, por força da escolaridade obrigatória e da necessidade em compreender o quotidiano, a questão cultural não o foi completamente e isso reenvia para uma outra dimensão de análise que é a da inconsistência cultural. Os deportados, tal como os imigrantes de segunda geração, vão ultrapassar algumas das dificuldades dos pais – língua,

entendimento cultural sobre a sociedade de acolhimento, relacionamento com os naturais, etc. – e vão construindo para si mesmos uma noção de pertença – de identidade – baseada na sociedade norte-americana. A língua portuguesa é apenas falada em casa ou em ocasiões festivas e a adesão às festas e aos rituais sagrados é algo que se faz ocasionalmente e não de forma integral. Se os pais, emigrantes de primeira geração, tendem a celebrar estas festividades porque isso faz parte da sua identidade, no caso dos filhos a adesão é ritualística, isto é, tende para não fazer desvanecer alguma memória e algum passado, mas não de forma profunda e com o mesmo grau de adesão do dos pais.

“Eu não me sinto português. Sou americano. Aqui, as pessoas olham para mim e sabem que sou americano. Olham para mim de forma estranha. Aqui as pessoas são assim. Eu não sinto que sou como eles. Apesar de já estar cá há muitos anos, nunca sinto que sou como eles. Não me visto como eles, e as pessoas sabem que sou americano”.

“Toda a minha vida foi lá. Claro que sou americano. Ninguém lá é realmente americano. Todos os que lá estão, vieram de outro país. Os únicos originais de lá são os índios. Os outros vêm da Irlanda, da Polónia, da Itália. Todos são deportados de alguma forma. Alguns estão lá há mais tempo e têm família que nasceu lá. Eu tenho uma filha e ela tem uma criança. Ele é americano. De onde é que isso veio? Ele nasceu lá. Eu nasci cá mas fui criado lá”.

A integração no país de acolhimento é maior e a identidade que forjam está fortemente ancorada na sociedade norte-americana. Veja-se a este propósito que a maioria, mesmo depois de vários anos na Região após terem sido deportados, continua a não falar português e a recusar, como se verá, expressar-se nesta língua. A razão é esta: é a língua dos seus pais, não a sua língua. Mas ao fomentarem a adesão dos filhos às festividades e práticas rituais ocasionais próprias da cultura portuguesa, sem se aperceberem disso, os pais, emigrantes, desenvolveram uma inconsistência cultural no sentido dos filhos – emigrantes deportados – adquirirem a cidadania norte-americana. Não se trata de um esquecimento, de um lapso ou de um acidente no percurso socializador. Os pais dos deportados alimentaram, muitas vezes, e isso está presente nas representações dos filhos, o desejo de regressarem a Portugal. Todavia, disso desistiram, por diversas razões, especialmente a económica, durante o percurso migratório.

No caso dos filhos, esse desejo não existe de todo: nenhum pretendia regressar e a maioria tem amplas reservas à sociedade e à cultura portuguesas,

como não se coibiram de o expressar. Trata-se de um conjunto de reservas em contacto direto, advindo da interação social em Portugal e nos Açores, não se trata de reservas criadas pelos progenitores. A sua imagem sobre Portugal e os Açores mudou desde que aqui vivem. A imagem projetada pelos pais, e alimentada nas encenações festivas era bastante apreciada; não são, todavia, as representações criadas por eles mesmos no decurso dos seus trajetos de vida aqui, como se terá oportunidade de ver mais à frente.

“Se tivesse feito o que ela me disse não estaria cá. A minha mãe tornou-se cidadã americana quando eu tinha 15 anos de idade. Por lei, sou americano. De acordo com a lei, se os teus pais se tornam cidadãos americanos, tu também te tornas cidadão americano. Mas tens que te inscrever, dar outros passos, que eu não sei. Eu nunca fiz isso, senão não estaria cá. Se tivesse seguido o que a minha mãe me disse, nunca teria vindo para cá. Ela sempre me impulsionou. Eu dizia-lhe: porque é que tenho que ser americano? Era jovem, não sabia na altura que ia chegar a este ponto. Se soubesse, teria tratado disso”.

“Pensei nisso, mas fui preso (...) vezes. As coisas ficaram más. As minhas irmãs e o meu irmão naturalizaram-se americanos, mas eu nunca o fiz. Sempre pensei que era americano, porque quando fui para lá era uma criança pequena. Tentei fazer o pedido. (...) Nos anos de 60 e 70 e no princípio da década de 80 não se sabia nada sobre a deportação. Fui preso aos (...) anos. Nunca fui à imigração. Foi depois disso, quando tinha (...) anos, que começaram a deportação”.

Como se disse, é uma inconsistência cultural advinda do facto de terem forjado a sua identidade em torno da identidade do país de acolhimento e daquela que lhes foi sendo fomentada pelos pais. É verdade que os deportados não se sentem completamente portugueses e alguma manutenção ostensiva de símbolos – seja ao falar exclusivamente a língua inglesa, seja o vestuário – é uma forma de o demonstrar: estão aqui, mas não pertencem aqui (na região ou no país). Contudo, também é verdade que se sentem filhos de emigrantes e, nessa medida, tendem a carregar, ainda que de forma ritualística, um conjunto de representações que tendem a ligar à sociedade portuguesa e com isso reforçam os laços da socialização familiar. Algo que está mais ligado a sociedades conservadoras e menos modernizadas, como a sociedade portuguesa. Esta duplicidade de lógicas transcreve-se como inconsistência cultural, e traduz-se em múltiplos aspetos, expressões e resoluções quotidianas que não obtêm sucesso devido, justamente, ao facto de serem lógicas conflituais. De

uma forma breve, pode-se dizer que os pais foram portugueses no continente americano e que eles são americanos em Portugal. A inconsistência cultural dos pais é agora vivida por eles ao contrário, o que, além de outros fatores que serão vistos a seguir, lhes dificulta mais a vivência na região.

### 5.3.2. DUPLA PENALIZAÇÃO E ISOLAMENTO

Retomando um pouco o que foi dito anteriormente os deportados tendem a ver a deportação não como um problema, mas como uma ação desnecessária e como uma dupla pena.

“De momento, a imigração lá é bastante complicada. Passaram uma lei em 1996. Qualquer coisa relacionada com crimes, se for apanhado três vezes num ano, a imigração vai falar consigo. Nem sequer era sobre os crimes, se não se é cidadão vai-se para a imigração. A decisão, é a lei deles. Se fez alguma coisa mal, e era a segunda vez num ano. Nem sequer era um crime agravado ou uma coisa para deportação, mas chamam-lhe o que querem. Como eram duas infrações menores, juntaram-nas, como dois crimes múltiplos, e denunciaram à imigração. Estive na prisão da imigração quatro anos e meio. Eles detêm-te até o caso estar resolvido. Se não se consegue resolvê-lo, chega uma altura em que te dizem para deixares o país. (...) Na realidade, quando fui detido pela imigração, não sabia nada sobre a imigração. Não sabia que estava em risco de ser deportado. Os crimes que eles dizem que eu supostamente cometi, não têm nada a ver com a deportação. Eles usaram-nos como base para me deportarem”.

Em primeiro lugar, é vista como desnecessária porque estando integrados na sociedade norte-americana a deportação acontece após o cometimento de um crime e durante, ou após nalguns casos, o cumprimento da pena de prisão. Ora, no caso em que a deportação surge durante a pena de prisão, os deportados interrogam, e interrogam-se, sobre as razões que estão na base da sua expulsão estando eles a cumprir a pena. Na generalidade dos casos, desconheciam da possibilidade de serem deportados, portanto, a deportação surge inevitavelmente com surpresa e obriga-os a arranjar respostas para justificar esse ato das autoridades do país de acolhimento. Esse processo de justificação acaba por os acompanhar até à região, já que parte das respostas que pretendiam não as encontram. Como antes se disse, são, sobretudo, os técnicos de intervenção que fazem a mediação entre essas dúvidas e as respostas que eles constroem no seu quotidiano.

“É difícil para nós, colocarem-nos numa sociedade que não conhecemos. Nós saímos daqui nós ainda éramos bebés ou crianças. A situação económica também é difícil. Deixar a família para trás é a pior coisa. É realmente duro deixar os filhos para trás. Eu sei que fiz mal, mas paguei por isso. Eu paguei quando cumpri o meu tempo de prisão. Estou a pagar duas vezes”.

“Não está certo as autoridades americanas separarem-me da minha mulher, dos meus filhos, da minha família, do meu trabalho, da vida que eu tinha. E culpo o governo português de nos aceitar aqui! Eles não têm ideia de como chegamos aqui e como estamos vivendo: estamos vivendo como ratos! Algumas pessoas estão aqui há quinze, vinte anos e chegam com o conceito americano: fizeram muitos crimes, eles... E o governo português nunca deveria aceitar isso, nunca deveria aceitar-nos”.

“Somos muito discriminados, a discriminação aqui contra o deportado é real. Estas pessoas pensam que são melhores do que nós. Fizemos o nosso erro, certo, mas é uma pena dupla: vamos para a cadeia lá, em seguida, a imigração escolhe-te e força-te a vir para aqui. Pagas duas vezes pelo mesmo crime.”

A deportação surge assim num contexto de vivência individual profundamente afetado pelo cumprimento da pena que nalguns casos levou à quebra dos laços sociais e familiares. O crime e a prisão obrigam a um novo percurso de vida, feito com grandes debilidades e dificuldades. A maioria recusou falar sobre o crime, embora nalguns casos tenha sido possível determinar qual o crime cometido, como também recusou falar sobre a experiência prisional. Trata-se de experiências que assumem como negativas, que trazem más recordações e estão invulgarmente ligadas a períodos de fortíssima privação de tudo aquilo que tinham antes.

No caso da aplicação da deportação a indivíduos que já haviam cumprido pena de prisão e cuja situação resulta de uma retroação penal, a revolta é ainda maior. Aí, a compreensão sobre as razões que terão levado a isso é bem menor, mesmo por outros deportados que apontam esses casos como exemplos do comportamento agressivo das autoridades norte-americanas.

Por isso, e em segundo lugar, veem a deportação como uma dupla pena, seja num caso, seja no outro. A expulsão do país representa uma penalização dentro da pena já cumprida, ou a cumprir, injustificada em face daquilo que representa. Chegados à região, os deportados são confrontados com as mesmas privações, embora sem a privação de liberdade, agravadas pelo facto de não

se expressarem fluentemente em português e por tudo lhes parecer estranho, ou seja, fora do contexto cultural onde estavam integrados.

### 5.3.3. INCOMPREENSÃO FACE À ATITUDE NACIONAL

Acresce a este conjunto de dificuldades uma noção, comprovada em vários depoimentos, e também pelos técnicos, que tem a ver com as informações que lhe foram transmitidas ainda no continente norte-americano. Muitos referem uma convicção e uma dúvida: a convicção de que Portugal, e os Açores, recebem financeiramente apoio dos EUA e do Canadá para acolherem os deportados; e a dúvida, muitas vezes manifestada sob a forma de revolta, de Portugal não ter recusado recebê-los. As duas convicções andam geralmente associadas e uma é a justificação da outra.

“Eu não quero falar sobre isso. Tudo o que posso dizer é que o governo português faz muito mal em nos aceitar de volta. Estou revoltado com o governo português; eles deviam dizer: se vocês [EUA] ficaram com ele 40 anos, então agora fiquem com ele! Se vais para os EUA por dois ou três anos, e algo aconteceu, e eles enviam de volta, está bem. Mas alguém que deixou isto em criança e enviam-no de volta passados vinte ou trinta anos mais tarde, não está certo”.

“O problema não foi o Canadá, foi deste lado. Portugal aceita-nos, não tinha que fazer isso. Muitos dizem que o Canadá te pode expulsar: não podem se não tiveres um país para onde voltar. Uma vez que Portugal aceita os deportados... Mas porquê fazer isso? Ou a política é estúpida ou estão a ganhar qualquer coisa do outro lado. (...) As pessoas não fazem nada de graça. Todos são gananciosos. Todos têm alguma coisa a ganhar. Não decidem com base na generosidade dos seus corações. Para me aceitarem cá, o que me parece idiotice. Porque haviam de aceitar, o que vão ganhar com isso, em aceitar drogados, assassinos?! É uma estupidez. Eu não sou português, mesmo que quisesse ser. Se me perguntarem qualquer coisa sobre o Canadá, eu posso responder, mas sobre Portugal, não sei. Acho que é uma estupidez, é irracional, ilógico. Porquê aceitar pessoas que já não fazem parte da sociedade?”.

A convicção de que Portugal recebe ajuda financeira dos EUA e do Canadá, leva-os a exigir a entrega desse apoio sob a forma de dinheiro para os seus gastos, uma habitação condigna e ainda de um trabalho. Ao receber, supostamente, esse dinheiro e ao não entregá-lo diretamente a cada um dos deportados, o

país, e a região, estariam a aproveitar-se da sua situação de vulnerabilidade e estariam a financiar um conjunto de organismos que se aproveitam deles. Por outro lado, essa seria a razão para Portugal não ter recusado recebê-los, pois, assim, receberia dinheiro que de outra forma não teria.

Esta representação, fortemente enraizada, está muito generalizada e para ela concorrem não só as características apontadas em termos da vulnerabilidade social da situação destes indivíduos, como as dificuldades com a língua portuguesa. Estas dificuldades revelam-se ainda na interação com os outros e por isso escolhem, sobretudo, outros deportados para interagir. Veja-se que vários excertos das entrevistas registam, justamente, opiniões de deportados sobre deportados, sendo a referência a outros na mesma situação bastante generalizada. Isto significa que os contactos com outros cidadãos são escassos e os que acontecem não permitem a desconstrução destas noções que se vão criando e consolidando. Os únicos meios que tendem a desconstruir esta noção são, justamente, os técnicos de intervenção social, mas como se disse eles caem no circuito da suspeita dos deportados uma vez que beneficiariam com esta situação.

Por outro lado, como afirma Goffman, “faltando o feedback saudável do intercâmbio social quotidiano com os outros, a pessoa que se auto-isola possivelmente torna-se desconfiada, deprimida, hostil, ansiosa e confusa” (1982: 22). Este sentimento de confusão e hostilidade ao País justifica-se também pelo isolamento relativo a que estão votados.

É difícil afirmar se estas noções foram apenas construídas no país de acolhimento, mas tudo aponta para isso e, especialmente, no meio prisional. Seria até uma forma de desencadear uma reação mais favorável do potencial deportado à deportação e, com isso, poder contar-se com uma atitude mais branda e menos rebelde. Convocando aquilo que se disse antes, baseado na análise de Wacquant para o meio prisional dos EUA, sabe-se que as prisões não são zonas de ninguém. Pelo contrário, o meio prisional e correccional norteamericano tende a ser fortemente inculcador de representações nos presos por forma a atingir um máximo de eficácia durante o cárcere.

Neste sentido, tendem a ver a permanência na região como uma dupla pena, construindo até uma metáfora para designarem a ilha de São Miguel. Habitualmente referem-se a São Miguel como The Rock (o rochedo), numa alegoria à prisão de Alcatraz, conhecida como The Rock devido ao facto de ter sido construída numa ilha rochosa na baía de São Francisco, na Califórnia.

A dupla pena reside, afinal, numa forma de ver um percurso sem fim, ou seja, os deportados vivem uma quebra identitária que os leva a recriar um

mundo mais fictício do que real e isso não pode deixar de estar presente no conjunto das representações construídas. Não se trata apenas de uma dupla pena, mas da presença, ainda que não completamente realizada, quer dizer ainda não completamente racionalizada, da ideia de a deportação não ser temporária, mas definitiva. De facto, a força subjacente à ideia da dupla pena reside não na pena, convertida em afastamento forçado da sociedade a que pertencem, mas da eventualidade, sempre presente – em especial quando são convidados a pensar e a discorrer sobre isso, como nas entrevistas – da impossibilidade do regresso. O regresso é tudo o que desejam e falar sobre isso é acompanhado, invariavelmente, por uma emoção forte e por um reacender de postura muito crítica a Portugal e à região, pois se ela fosse convertida numa crítica aos EUA e ao Canadá, não desencadearia o desejo de regresso.

#### 5.3.4. CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E CIDADANIA

Os deportados pretendem voltar aos países e a forma de alimentarem, de certo modo, essa possibilidade – a que atribuem uma altíssima probabilidade – é alimentarem a convicção segundo a qual os EUA e o Canadá suportam a sua permanência na região. A convicção é acompanhada de um argumento feito nestes termos: se suportam essa permanência, é porque pretendem que regressem e, nesta lógica, alimentam, eles próprios, o desejo de regressar. Para reforçar esse sentimento, colocam todas as impossibilidades do lado português: ao acolhê-los e tentar integrá-los, Portugal não só continuaria a receber importante fonte de financiamento, como não querendo perdê-la, continuaria a afastá-los do seu objetivo, mantendo-os no território nacional.

“Não trabalhei aqui, não paguei impostos ao governo português. Eu trabalhei nos EUA. Sou lixo para o governo português, porque haviam de me suportar? Eu custo-lhes dinheiro, sou um fardo para o governo português. Como é que vou conseguir um emprego aqui? Se eles têm que me apoiar, estou custando-lhe dinheiro. Eu sou mais um custo. O governo português devia dizer aos americanos: não queremos essas pessoas aqui!”.

“Se me dessem a oportunidade de voltar hoje eu iria exatamente do jeito que eu sou. Daria tudo o que tenho para sair e voltar para a minha família. Tenho (...) netos e quatro deles nunca vi. Falo com eles ao telefone, mas eles não sabem com quem estão falando. (...) É por isso que eu odeio. Não odeio o país, odeio o governo!”

As pessoas que vivem aqui não têm nada a ver com isto. (...) Elas não nos querem aqui. Só o governo português, que é tão estúpido e corrupto”.

Mais uma vez, é preciso dizê-lo, está-se diante de uma fortíssima construção identitária não destruída pela permanência em Portugal e, ao mesmo tempo, uma atitude de rejeição da identidade a que não sentem pertencer. O percurso feito nos países de acolhimento é demasiado forte para se desvanecer com a deportação. Ele representa uma socialização demasiado consolidada para poder desaparecer com a experiência portuguesa onde a integração é difícil pelas razões já apontadas.

“Não gosto deste país; nasci aqui e é tudo! Deixei quando tinha quatro anos de idade, nada sei sobre este país, não gosto mesmo nada. Não gosto do governo, o que está a fazer é tão patético. Não gosto nada, nada deste país! Não há vida aqui para nós. Para as pessoas daqui, que cresceram aqui, tudo bem porque eles construíram a sua vida aqui e estão acostumados com isto. A minha vida não está aqui, está nos EUA. Viver aqui é um milagre. Não para todos nós; muitos voltam-se para as drogas, vivem a vida na rua, fazem coisas loucas, meu Deus, devido ao stress. Muitas pessoas sofrem de stress. Por quê? Não podem sair daqui”.

“Dêem-me a América de novo! Dêem-me o bilhete que eu deixarei tudo e volto apenas com esta t-shirt e com este saco. Eu vou, estou indo para casa. Não diria nada e quando lá chegasse, telefonava para a minha família. (...) Este é o meu sonho!”.

Outra das dificuldades resulta ainda do percurso realizado pelos deportados nos países para onde emigraram. Apesar de a escolaridade ser, em média, mais elevada do que a frequentada pelos cidadãos portugueses, de terem conhecido alguma mobilidade social nos países de destino, e de alguns terem conseguido posições laborais relativamente estáveis e até medianamente remuneradas, verifica-se para a maioria percursos integrados na sociedade americana. Todavia, foram percursos de vida de alguma forma condicionadores de uma cidadania plena. A maioria, para não dizer quase todos, não tinha a noção de que podia ser deportado. O desconhecimento das obrigações legais e das suas implicações, ao nível da deportação, é uma característica destes emigrantes.

“A imigração [os serviços de imigração] era algo novo e não sabia como funcionava. Depois de estar preso, é um processo muito injusto. Não havia procedimentos nos tribunais relativos à imigração, era algo de novo. Os meus advogados portaram-se

como se estivessem a defender o seu primeiro caso. É assim com muitos dos advogados. O meu caso era um pouco diferente”.

“Eu nem sabia que esta lei existia. As pessoas que eram expulsas de lá eram os mexicanos. Às terças e às quintas era o autocarro cheio de pessoas expulsas. No outro dia, voltavam. Era uma coisa que não era falada. Eu não sabia que essa lei existia. Quando, finalmente me apanharam e fui presa, a imigração veio falar comigo e eu fiquei assim... [surpreendida]. Eu estou aqui legal, tenho o meu cartão, permanente. Aí é que eu soube. Para mim foi um choque: eu não sou ilegal, eu estou legal. Ah, não, por causa da lei, por causa disto ou daquilo...”.

Por outro lado, modalidades de participação social e política também estão muito ausentes do seu quotidiano. Tudo isso aponta para um quotidiano que não sendo completamente de marginalidade, também não é de plena integração social. O que remete para um mundo ao mesmo tempo aberto e fechado à sociedade para onde emigraram. Aberto, uma vez que partilham elementos estruturantes da cultura, como seja a língua, certos hábitos, as práticas mundanas e quotidianas próprias destes países. Mas fechado por, em simultâneo, rejeitarem, objetiva e subjetivamente, uma integração mais plena que passe pela perda de nacionalidade portuguesa e aquisição da nacionalidade canadiana ou norte-americana. A lógica de integração levou, como se verá, a ter esse objetivo, mas o mesmo foi perdido ou foi-se perdendo devido ao facto de se verem como cidadãos de plenos direitos.

### 5.3.5. CIDADANIA E EXERCÍCIO DE DIREITOS

Confirmando o que se disse antes, a análise de conjunto dos percursos individuais mostra que o exercício da cidadania e a promoção da integração se fazem num quadro bastante complexo. Os deportados têm essa noção, uns mais do que outros, e a sua insatisfação não deixa de se assumir como uma revolta contida, bastante contida por sinal. No fundo, não querem acrescentar mais castigo à punição e com isso inviabilizar o tão almejado regresso ao país que os deportou. Este é claramente o sentimento dominante, ainda que possam surgir indivíduos que já não o desejem porque refizeram a sua vida, em concreto a aquisição de um posto de um trabalho ou nova relação conjugal encetada na região.

Estes dois aspetos são os que mais destroem o desejo de voltar: um trabalho e o estabelecimento de uma relação conjugal que, face às grandes dificuldades de inserção social, são estabelecidas também com outros deportados. A proximidade social e geográfica e o encontro quotidiano nas organizações promotoras da integração social também ajudam a estabelecer estes laços.

Como o desejo maioritário é retornar, não só tendem a ver a sua estada na região como temporária, como ainda a desvalorizar essa permanência e, assim, a não encetar laços sociais com a sociedade açoriana. Deste modo, reforçam o distanciamento face à sociedade envolvente e, o mesmo é dizer, desvalorizam o exercício da cidadania. Com efeito, esse exercício é já ele débil, dada a situação da deportação – esse estigma, no sentido de Goffman, que carregam – aliada ao desconhecimento da língua e à fraca escolaridade, não permitindo uma grande proximidade à sociedade envolvente, ganhando esse distanciamento um reforço através do afastamento voluntário. Assim, o que se encontra é um quadro amplamente caracterizado pela falta de recursos sociais, económicos e culturais, mas também políticos. Como cidadãos, com todos os direitos que assistem aos nacionais, a grande maioria não tende sequer a interessar-se pela vida do país. A análise mostra uma cidadania mais do que difusa, quase ausente e grandemente desconhecadora da sociedade portuguesa pelas razões anteriormente apontadas.

A juntar a este aspeto e ainda que se sintam na mesma situação e se reconheçam mutuamente, os deportados tendem a alimentar duas visões díspares acerca dos outros deportados. A primeira tem a ver com aquilo que é claramente um efeito de espelho, sentindo-se todos na mesma situação. Em todos surge a condenação da deportação – enquanto processo – de uma forma mais expressa ou velada. A deportação é, no fundo, aquilo que os une, o infortúnio comum.

“Espero que no futuro eles possam fazer alguma coisa política. Parar esta situação, parar a deportação porque não está certo, de todo! O governo considera-nos terroristas; a lei considera-nos terroristas. Não somos terroristas, cometemos erros! Então eles mandam para a cadeia pessoas que cometem erros? Nós não fizemos nada contra o governo, ou contra a CIA, ou contra o FBI. Nós não fizemos nada contra eles: nós fizemos isto contra nós mesmos”.

A segunda visão é mais crítica e mais negativa sobre os que estão na mesma situação, colocando-se frequentemente em duas posições extremas: nós, que inclui eu, e os outros. O nós e o eu colocam-se sempre numa posição

defensiva, bastante desculpabilizadora dos erros cometidos – crime incluído –, de valorização do seu percurso e da superação das dificuldades enfrentadas antes e depois da deportação. Os outros são quase sempre colocados em termos antagônicos: são os que não conseguiram superar as dificuldades, os que criticam quem os ajuda e não se ajudam a si mesmos, não querem trabalhar ou integrar-se, continuam a consumir álcool, drogas, etc.

“Porque haviam de aceitar, o que vão ganhar com isso, em aceitar drogados, assassinos?”<sup>2</sup>

“Eles [os deportados] não sabem agradecer isso. Estão contra, estão revoltados. Não fazem nada. No fundo disto tudo, para ser muito sincera consigo, eu nunca me senti discriminada cá. (...) Querem tudo e não fazem nada por mim [afirmam os deportados]. Por favor! Como é que essas pessoas viviam lá fora?”<sup>3</sup>

Ao rejeitarem os outros, mostram o quanto é intolerável a sua situação e revelam a complexidade da sua condição e a adoção de um ponto de vista institucional e normalizado. O discurso crítico face aos outros deportados é promovido pelo discurso institucional, sobretudo absorvido no país que os expulsou que ofusca a situação idêntica em que se encontram. A cultura de referência é, reafirma-se, sempre a deste país, e os valores que orientam as suas escolhas também referenciam este modelo cultural. Como a integração na Região não se faz sem algum abandono das referências culturais que integraram, acabam por adotar uma estratégia de distanciamento que provoca, inexoravelmente, a exclusão.

Significa isto que o conhecimento dos direitos, das liberdades e de algumas garantias esteve muito ausente do quotidiano dos emigrantes deportados e a participação cívica é de âmbito comunitário e paroquial, para utilizar a categoria proposta por Gabriel Almond em termos de modalidade de cultura política (Cot; Mounier, 1976: 257). A natureza pouco participativa, em termos sociais e políticos, da sua permanência nos EUA e no Canadá, também leva a uma reduzidíssima capacidade de intervenção na sociedade portuguesa. Poderia pensar-se que esta população estaria disposta à intervenção, mas não está. A sua voz, em termos cívicos, é a das associações e dos técnicos que os apoiam, apesar dos condicionalismos antes apontados. A socialização política realizada

---

2 Frase retirada de excerto já reproduzido antes.

3 Idem.

nos países de destino também parece não os ter dotado de instrumentos de intervenção cívica e a representação que têm da política aproxima-se quase sempre de uma visão negativa, conflituosa, perigosa e de divisão. Em suma, uma representação que está muito fixada em contextos sociais de exclusão de uma efetiva socialização política e cuja lógica é resguardar uma certa ino-cência social (Percheron, 1993: 19-20).

## CONCLUSÃO

A deportação é, antes de mais, não um mero acidente na vida dos que a experienciam, mas um processo social complexo que marca indelevelmente as vivências, as representações e, com isto, as expectativas de vida dos deportados. As marcas profundas que deixa, acompanham estes indivíduos e traça-lhes um destino inevitavelmente diferente e bem mais sinuoso do que podiam esperar. Uma destas marcas é a efetiva dupla penalização e a quebra de laços sociais com a sociedade a que se pertence. Embora estes emigrantes sejam cidadãos portugueses, e não tenham adquirido a cidadania dos países para onde emigraram, a sua construção identitária está mais ligada a estes países do que a Portugal. A vinda para o país, e para os Açores, é algo que corta abruptamente com os laços sociais construídos e muito dificilmente permite e a integração na sociedade portuguesa. Integração social dificultada pelo conjunto de representações sociais acerca de Portugal, como pelo conjunto dos valores e das práticas sociais associados. No fundo, a identidade social forjada nos contextos da imigração.

A análise revela trabalho político por parte das autoridades norte-americanas, o que só um trabalho mais extenso e profundo, e sobretudo realizado no contexto da emigração, poderia revelar. Mas há, pelo menos, boas linhas de investigação que indiciam existir inculcação de representações, ainda em solo americano, para a revolta dos deportados ser mais contida e ser desviada em termos de responsabilização do processo. Como se viu, a acusação a Portugal é uma constante, com alguma variação, e de quem diz nada saber, ao mesmo tempo, do país. É verdade que para aqueles que se consideram americanos, e querem regressar, é mais doloroso condenar os EUA pela sua situação. Seja como for, a lógica atua de forma eficaz e as consequências provocam nos deportados um comportamento muito contido, de fraca visibilidade pública autónoma e nada reivindicativo de direitos. É certo que os seus percursos sociais também não os prepararam para isso, mas talvez fosse de esperar

alguma contestação que, na verdade, não existe para além dos depoimentos e da contenção sofrida e revoltada ao nível dos discursos. Toda uma situação percecionada de injustiça, logo política, mas vivida na obscuridade.

A recordar como o direito positivo evoluiu e de como a sociedade pode ser bem severa, Durkheim afirmou: “tudo o que ameaça a organização política da sociedade, toda falta para com as divindades públicas, que não são mais que expressões simbólicas do Estado, toda violação dos deveres domésticos são punidos por penas que podem ser terríveis” (2002: 155). A afirmação do sociólogo francês adquire todo o sentido explicativo e é completamente apropriada quando aplicada à análise que se empreendeu antes. A deportação é, de facto, uma pena bem severa, não só pelo que materialmente desencadeia, pelo que obriga a refazer na dimensão simbólica, em especial, dos próprios, mas também da sociedade portuguesa e açoriana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, João Ferreira de (1990), *Portugal – Os próximos 20 anos. Valores e representações sociais*, III Vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BORRALHO, Álvaro (2015), “Os açorianos deportados pelos EUA: poder político e representações sociais”; Pena, Alberto; Mesquita, Mário; Vicente, Paula (coords.), *Emigración e exílio nos Estados Unidos de América: experiencias de Galicia e Azores*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega – Estudios migratórios.
- COT, Jean-Pierre; MOUNIER, Jean-Pierre (1976), *Para uma Sociologia Política*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- DUKHEIM, Émile (1996), *De la division du travail social*, Paris, PUF.
- DUKHEIM, Émile (2002), *Lições de Sociologia*, São Paulo, Martins Fontes.
- GOFFMAN, Erwing (1963, 1982), *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- FONSECA, Graça Araújo (2015), “A comunidade luso-americana do sudeste do Massachusetts a ação diplomática. Uma breve reflexão”; Pena, Alberto; Mesquita, Mário; Vicente, Paula (coords.), *Emigración e exílio nos Estados Unidos de América: experiencias de Galicia e Azores*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega – Estudios migratórios.
- FOUCAULT, Michel (2003), *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- KANSTROOM, Daniel (2000), “Deportation, Social Control, and Punishment: Some Thoughts about Why Hard Laws Make Bad Cases”, *Boston College Law School Faculty Paper*, Paper 48 (<http://lawdigitalcommons.bc.edu/lisfp/48>).
- MONIZ, Miguel (2004), *Exiled Home: Criminal deportee forced return migrants and transnational identity, the Azorean example*, Dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements

- for the degree of Doctor of Philosophy in the Department of Anthropology at Brown University, Providence, Rhode Island.
- PERCHERON, Annick (1993), *La Socialisation Politique*, Paris, Armand Colin.
- PRATT, Anna (2005), *Securing borders: detention and deportation in Canada*, Vancouver, University of British Columbia Press.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; Borralho, Álvaro (coords.) (2012), *Emigrantes deportados nos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores – Centro de Estudos Sociais.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; Ferreira, Eduardo; Mendes, Derrick (2011), *Entre dois mundos – emigração e regresso aos Açores*, Ponta Delgada, Governo dos Açores.
- SILVA, Telma Margarida Pimentel Silva (2011), *Geografias de exclusão e inclusão. Políticas migratórias e de deportação dos Estados Unidos da América e os cidadãos deportados em São Miguel (Açores)*, dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- THOMAS, William I.; Thomas, D. S. (1928), *The child in America: Behavior problems and programs*, New York: Knopf.
- VALA, Jorge (1997), “Representações sociais – para uma Psicologia Social do pensamento social”; Vala, Jorge; Monteiro, Maria Benedicta (orgs.) (1997), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- WACQUANT, Lóïc (2000), *As Prisões da Miséria*, Oeiras, Celta Ed.

**DUPLAS PERTENÇAS:**

EMIGRAÇÃO E DEPORTAÇÃO NOS AÇORES

Autores:

Gilberta Pavão Nunes Rocha

Álvaro Borralho

Derrick Mendes

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva

Subdiretores: Luís Baptista e Ana Paula Marques

Capa: António Pedro

© Edições Húmus, Lda. e Autores, 2016

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2016

Depósito Legal: 419570/16

ISBN: 978-989-755-247-2

Coleção Debater O Social – 46

**Este livro foi objecto de avaliação científica**